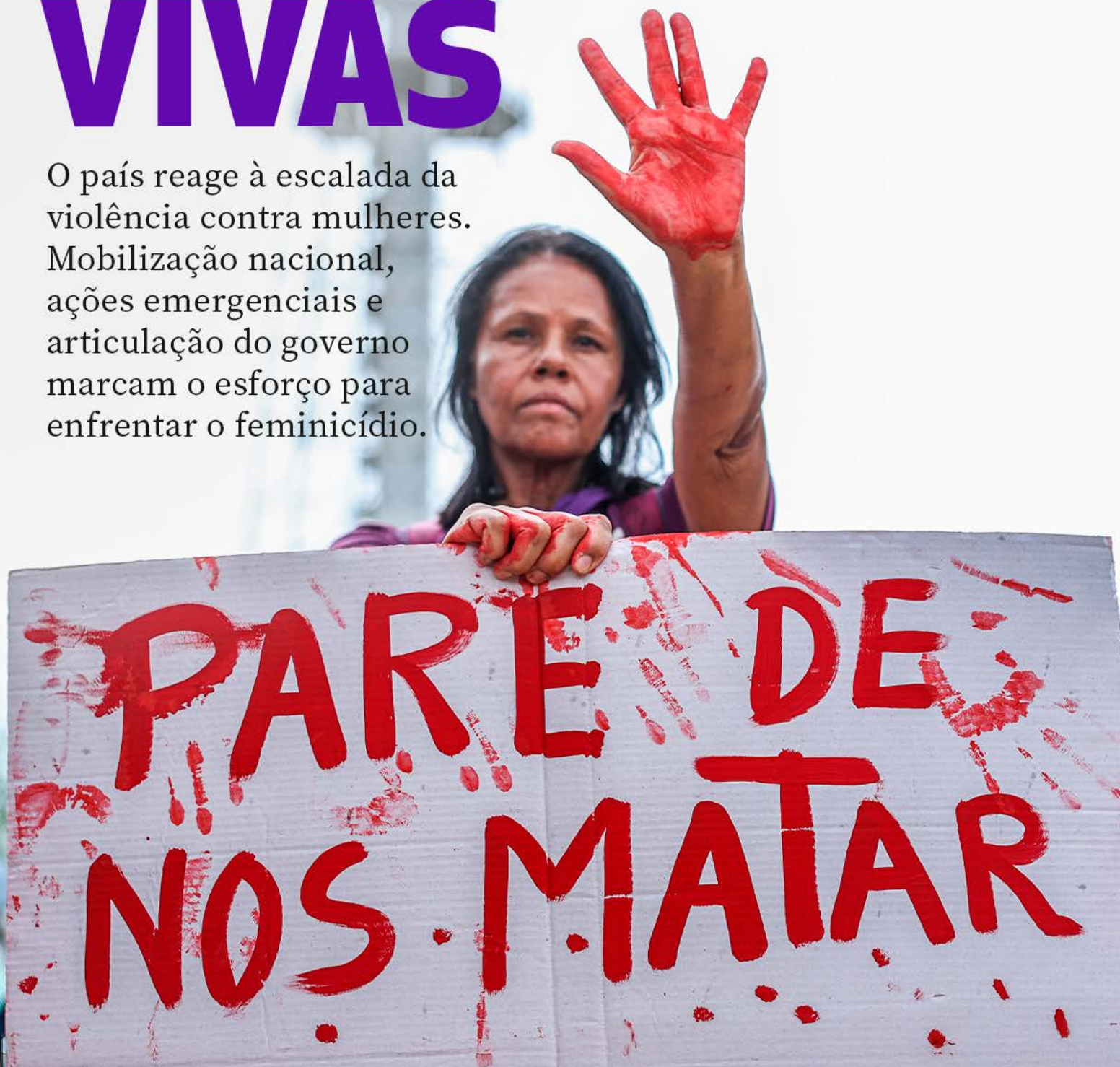


Feminicídio no Brasil: mobilização nacional e resposta do governo para enfrentar a crise

MULHERES VIVAS

O país reage à escalada da violência contra mulheres. Mobilização nacional, ações emergenciais e articulação do governo marcam o esforço para enfrentar o feminicídio.



focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 09 de dezembro de 2025 Nº 219

Ações federais ampliam serviços de acolhimento e fortalecem investigações de feminicídio

Lula propõe reunião dos Poderes para enfrentar o feminicídio: “É uma responsabilidade nossa”

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes, Rose Silva



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

»» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE : ▶ /FundacaoPerseuAbramo



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores





Brasil reage nas ruas

O Brasil enfrenta uma onda de feminicídios que mobilizou ruas, instituições e o governo federal. A edição analisa a resposta imediata do presidente Lula, a proposta de reunião dos Poderes, as políticas em curso para proteção das mulheres e os dados que revelam a urgência de uma ação nacional coordenada. **pág. 04**

CAPA

Femicídio: manifestações em 20 estados denunciam ciclo contínuo de violência

pág. 04

Ações federais ampliam serviços de acolhimento e fortalecem investigações de feminicídio

pág. 09

Lula propõe reunião dos Poderes para enfrentar o feminicídio: “É uma responsabilidade nossa”

pág. 11

BRASIL

CNH do Brasil moderniza habilitação e reduz custos para milhões de brasileiros

pág. 13

Grupo de Trabalho amplia ações do governo Lula em defesa de motoristas de app

pág. 15

Em Recife, FPA realiza seminário sobre efeitos das mudanças climáticas no Nordeste

pág. 18

ECONOMIA

Brasil reduz pobreza ao menor nível em mais de uma década, aponta IBGE

pág. 20

Pesquisa aponta queda no preço da cesta básica em 24 capitais do país

pág. 22

POLÍTICA

Flávio Bolsonaro tenta emplacar versão moderada da

família: “Ele não quis tomar vacina; eu tomei duas doses”

pág. 22

Governo envia ao Congresso PL de novo sistema de governança para inteligência artificial

pág. 24

Convocação de Zema marca última reunião da CPMI do INSS em 2025

pág. 26

CULTURA

O que está por trás do sucesso recente dos filmes nacionais

pág. 39

INTERNACIONAL

Diplomacia brasileira garante redução de tarifas dos EUA após conversa entre Lula e Trump

pág. 31



Feminicídio: manifestações em 20 estados denunciam ciclo contínuo de violência

Ato nacional reuniu milhares de pessoas em 20 estados diante do aumento dos feminicídios, da subnotificação e da concentração de vítimas negras, enquanto políticas federais de proteção são ampliadas

Guto Alves e Rose Silva

Milhares de manifestantes foram às ruas neste domingo (7/12) para protestar contra o aumento da violência contra as mulheres e os feminicídios. Com o lema “Basta de feminicídio. Queremos as mulheres vivas”, os atos reuniram mulheres, homens e crianças em ao menos 20 estados e no Distrito Federal, segundo o movimento Levante Mulheres Vivas.

Em São Paulo, o protesto reu-

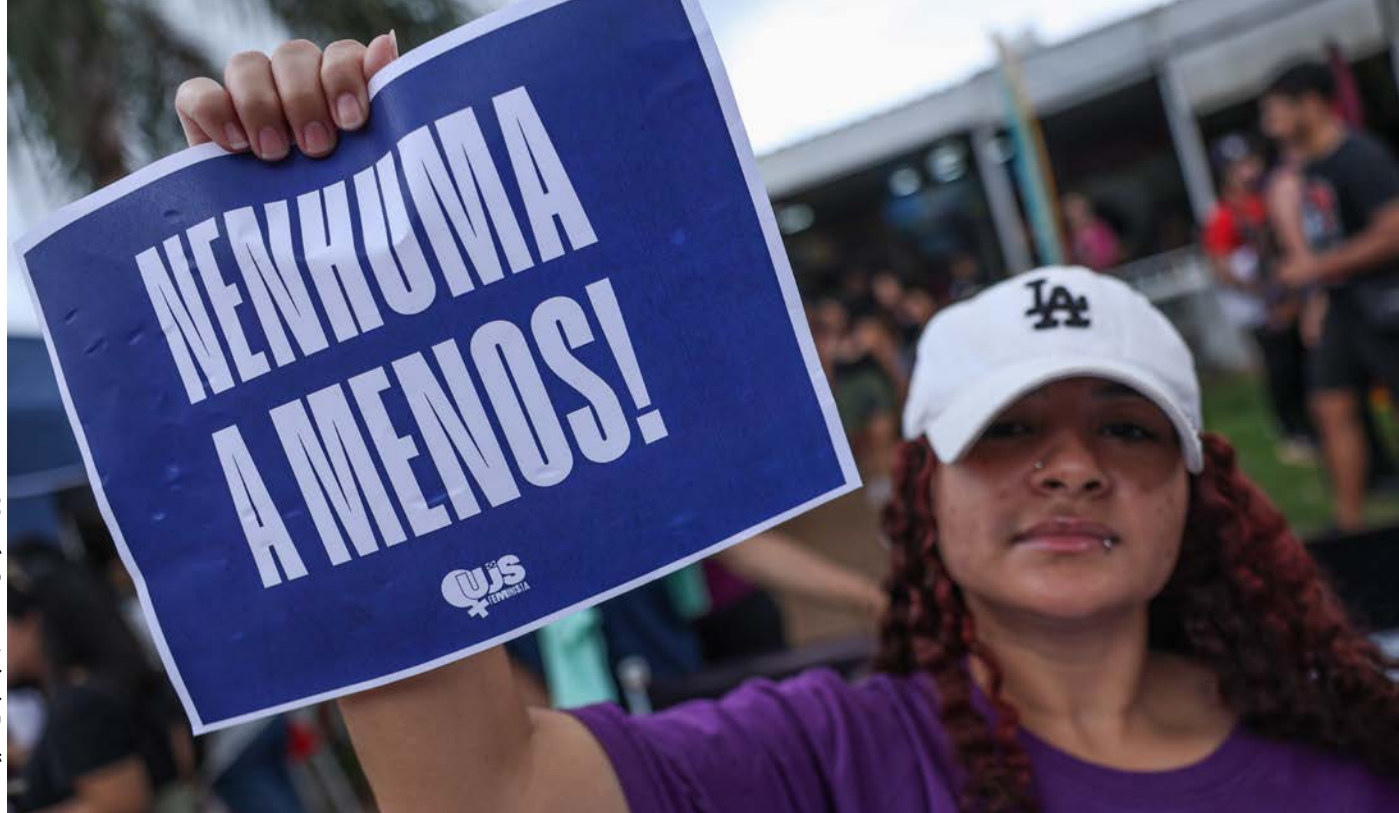
niu cerca de 9,2 mil pessoas, de acordo com levantamento do Monitor do Debate Político do Cebrap, em parceria com a USP. No mesmo dia ocorreram as mortes da farmacêutica Daniele Guedes Antunes, de 38 anos, em Santo André, e de Milena da Silva Lima, de 27 anos, em Diadema, ambas atacadas por ex-companheiros.

No Rio de Janeiro, centenas de pessoas se reuniram no Posto 5, em Copacabana. Uma das participantes foi a agente de educação infantil Evelyn Lucy Alves da Luz, de 44 anos, sobrevivente de uma tentativa de feminicídio em 6 de fevereiro de 2017. Os tiros dispa-

rados pelo ex-marido deixaram marcas nela e na filha, que tinha 6 anos à época e presenciou a agressão.

O ato no Distrito Federal, onde já ocorreram 26 mortes neste ano, contou com a presença de representantes do governo, entre eles seis ministras, deputadas federais, a primeira-dama Janja Lula da Silva e diversas lideranças populares. O caso mais recente de feminicídio foi registrado na sexta-feira (5/12), quando a cabo do Exército Maria de Lourdes Freire Matos foi assassinada por um soldado dentro de um quartel.

Em Florianópolis, manifestan-



tes realizaram uma caminhada em homenagem à professora Catarina Kasten, de 31 anos, estupro e assassinada em uma tripla em 21 de novembro.

Um grito de basta

O movimento Levante Mulheres Vivas ganhou força após uma sequência de casos recentes. Entre eles, o de Tainara Souza Santos, de 31 anos, atropelada e arrastada por cerca de um quilômetro por um “ex-ficante” em São Paulo, em 29 de novembro.

Na mesma data foram registrados os assassinatos de Isabely Gomes de Macedo, de 40 anos, e de seus quatro filhos, de 7, 4, 3 e 1 ano, vítimas de um incêndio provocado pelo marido em Recife. No Rio de Janeiro, as funcionárias do Cefet Allane de Souza Pedrotti Matos e Layse Costa Pinheiro foram mortas por um colega de trabalho que se recusava a aceitar a liderança de mulheres, em 28 de novembro.

Somente em 2024, o Brasil registrou 1.455 feminicídios, um aumento de 12% em relação ao ano anterior e o maior número desde a criação da lei que tipifica esse crime. Isso significa que quatro mulheres foram mortas por dia

em razão de violência de gênero.

Os dados oficiais também registram milhares de casos de agressões físicas, psicológicas, tentativas de feminicídio, ameaças e abusos, muitos deles subnotificados. Em 2025, já foram contabilizados 1.180 casos.

A resposta do governo e a ampliação das políticas de proteção

A ampliação dos atos em todo o país coincide com o fortalecimento das políticas públicas federais voltadas ao enfrentamento da violência de gênero. Nos últimos dois anos, o governo federal retomou e expandiu iniciativas que estavam paralisadas e criou novos instrumentos para estruturar a rede de proteção.

Segundo o Ministério das Mulheres, houve crescimento acumulado de mais de 22% nas denúncias ao Ligue 180 entre 2023 e 2024, o que reflete maior procura por atendimento e aumento da confiança nos serviços.

O ministério também aponta que, no período, cresceu em 11% a concessão de medidas protetivas de urgência, embora a cobertura de monitoramento dos agres-

sores siga baixa em todo o país.

A Casa da Mulher Brasileira, principal política de acolhimento imediato, passou por reestruturação nacional. Unidades que estavam fechadas foram reativadas e obras de implantação foram iniciadas em diversas regiões.

Entre 2023 e 2024, o governo anunciou a construção de 14 novas unidades, com expansão prevista para outras capitais e cidades de médio porte. A Casa integra serviços de acolhimento, delegacia especializada, apoio jurídico, atendimento psicossocial e abrigo temporário.

O Ministério da Justiça lançou, em 2024, o programa Mulher Segura, que reúne ações de fortalecimento das delegacias especializadas, criação de núcleos de investigação de feminicídios e ampliação das patrulhas Maria da Penha.

O programa recebeu investimento inicial de R\$ 370 milhões e prevê integração de dados entre segurança pública, saúde e justiça para aprimorar a identificação de riscos e o acompanhamento das vítimas.

O governo também vem ampliando a rede de atendimento por meio de centros de referência,

campanhas de conscientização e pactuações com estados e municípios para fortalecer protocolos de investigação e atendimento.

As iniciativas incluem suporte para delegacias em funcionamento 24 horas e parcerias para aumentar o número de equipes treinadas para atendimento a mulheres, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde os índices de feminicídio são mais altos.

Esse conjunto de ações, apesar de ainda enfrentar limitações estruturais, marca a retomada de políticas nacionais de enfrentamento à violência de gênero e reforça a presença do Estado em territórios com maior vulnerabilidade.

O retrato nacional da violência contra mulheres

O cenário registrado nas ruas reflete tendência de agravamento da violência em todo o país. Dados oficiais e pesquisas consolidadas mostram crescimento persistente dos feminicídios, além do avanço de outras formas de agressão que antecedem os casos letais.

Segundo o Anuário de Segu-

rança Pública de 2024, o país registrou 1.463 feminicídios em 2023, maior número desde que o crime passou a ser contabilizado. O aumento foi de 6,1% em relação ao ano anterior. A maior parte das vítimas foi morta por parceiros ou ex-parceiros, dinâmica que se repete em todas as regiões.

Ministério das Mulheres registra alta nas denúncias e expansão da rede de acolhimento

Os números do Sinesp, plataforma do Ministério da Justiça, indicam que somente no primeiro semestre de 2024 ocorreram 739 feminicídios, com maior concentração no Centro-Oeste, seguido pelas regiões Norte e Nordeste.

O Ministério das Mulheres aponta que, no mesmo período, houve crescimento de mais de 22% das denúncias ao Ligue 180, que recebem relatos de agressões, ameaças, perseguições e descumprimento de medidas protetivas.

A subnotificação agrava o cenário. Estudos da área de saúde estimam que cerca de 40% das mortes violentas de mulheres podem ser feminicídios não classificados como tal, especialmente nas periferias e áreas rurais.

Dados reunidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que a maior parte das mulheres assassinadas já havia sofrido violência anteriormente e buscado ajuda. O Ministério da Justiça confirma que 86% das vítimas tinham histórico prévio de agressões, muitas vezes já registradas.

A vulnerabilidade é reforçada pelo baixo acompanhamento das medidas protetivas. Em 2023,



Dados mostram que 86% das vítimas já tinham sofrido violência antes de serem mortas

apenas 7% estavam vinculadas a monitoramento eletrônico do agressor, embora o número total de medidas tenha crescido. O mesmo levantamento aponta que muitos agressores tinham histórico de violência contra outras mulheres da família.

O DataSenado reforça a percepção da gravidade do quadro: 68% das mulheres afirmam conhecer ao menos uma vítima de violência doméstica, e 28% já sofreram agressões de parceiros ou ex-parceiros. A maioria considera que os casos são subnotificados e que mulheres negras e pobres têm menor acesso a atendimento especializado.

Esse conjunto de dados evidencia que a violência contra mulheres no Brasil não se limita aos casos extremos, mas a um ciclo contínuo de agressões, ameaças e vulnerabilidades, mais intenso nos territórios com menor presença do Estado.

Mulheres negras somam 68% das vítimas de feminicídio

Segundo a pesquisa “Quem são as Mulheres que o Brasil não protege”, da Fundação Friedrich Ebert no Brasil, o registro de



Marcelo Camargo/Agência Brasil



Rovenna Rosa/Agência Brasil

mortes de mulheres em razão do gênero cresceu 176% em dez anos após a promulgação da Lei do Feminicídio. Passou de 527 casos, em 2015, para 1.455. O estudo aponta que 68% das mulheres assassinadas nesse período eram negras. Enquanto os casos envolvendo mulheres brancas apresentaram leve declínio, o feminicídio aumentou entre mulheres pretas e pardas.

Para a pesquisadora Jackeline Ferreira Romio, autora do estudo, os dados mostram que políticas de enfrentamento à violência precisam considerar raça e classe. “Existem populações muito vulnerabilizadas, que sofrem violências múltiplas, e isso impacta eventos extremos como a mortalidade por feminicídio. Para que

a política chegue às mulheres negras, ela precisa ser interseccional, considerar a relação entre racismo e violência de gênero. Se não houvesse racismo institucional, não veríamos essa concentração de 68%.”

Ela destaca que as estatísticas de segurança pública são subestimadas, já que nem todas as mortes violentas de mulheres são investigadas. Dados da saúde apontam que entre 3.500 e 4 mil mulheres morrem por causas violentas por ano no Brasil, das quais cerca de 2.500 são vítimas de feminicídio.

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Sesc São Paulo, mostra que relatos espontâneos de violência entre mulheres aumentaram de 18%, em 2010, para 23%, em 2023. ■

Retrato brutal

Principais números nacionais expõem o ciclo de violência de gênero e a pressão por políticas de proteção mais eficazes

1.463
feminicídios
em 2023

Maior número desde a criação da lei;
alta de 6,1% em relação a 2022.

Fonte: Anuário de Segurança Pública 2024.



1.455
feminicídios
em 2024

Média de quatro mulheres
mortas por dia.

Fonte: Sinesp / Ministério da Justiça.



68%
das vítimas
são mulheres
negras

Taxa permanece
estável há uma década.

Fonte: Fundação Friedrich Ebert.



86%
das vítimas
já haviam
sofrido
violência
antes

Casos anteriores
registrados ou
relatados.

Fonte: Ministério da Justiça.



22%
de aumento
nas denúncias
ao LIGUE 180

Dados acumulados
entre 202 e 2024.

Fonte: Ministério
das Mulheres.

40%

das mortes violentas
podem ser feminicídios
subnotificados

Estimativa de profissionais da saúde.

Fonte: Estudos consolidados na área.

11%

de aumento nas
medidas protetivas

Cresce a demanda por
atendimento imediato.

Fonte: Ministério das Mulheres.

739
feminicídios
no primeiro
semestre
de 2024

Concentração maior no
Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Fonte: Sinesp / Ministério da Justiça.





Com novas unidades da Casa da Mulher Brasileira e protocolos unificados, governo amplia serviços de atendimento e investigação

Ações federais ampliam serviços de acolhimento e fortalecem investigações de feminicídio

Governo retoma estruturas paralisadas de gestões anteriores, amplia serviços especializados de atendimento às mulheres e integra ações de prevenção, proteção e investigação de feminicídios em todo o país

Guto Alves

Desde 2023, o governo federal passou a reorganizar a política nacional de enfrentamento à violência contra mulheres, retomando estruturas que haviam perdido capacidade de funcionamento e ampliando instrumentos de prevenção e atendimento.

Essa recomposição se concen-

tra em três frentes principais: acolhimento imediato, estruturação da rede institucional e expansão dos mecanismos capazes de interromper ciclos de agressão.

Na base do acolhimento, as Casas da Mulher Brasileira voltaram a receber investimentos após anos de interrupções. Unidades que estavam fechadas foram reativadas, obras foram retomadas e novas instalações foram iniciadas em diferentes regiões. O modelo reúne delegacia especializada, Defensoria Pública, atendimento psicos-

social, abrigo emergencial e serviços de cuidado para crianças. A recomposição dessas estruturas busca reduzir o deslocamento das vítimas entre múltiplos órgãos e agilizar o atendimento nos momentos de maior risco.

A criação das Salas Lilás, em 2025, complementa esse eixo ao levar atendimento especializado a espaços institucionais que tradicionalmente não possuem estrutura adequada, como delegacias, Institutos Médicos-Legais, Defensorias e perícias.

Esses ambientes passaram a contar com equipes treinadas e protocolos de acolhimento voltados para mulheres e meninas em situação de violência. A medida amplia a capilaridade nacional da política, sobretudo em cidades de médio porte e áreas onde não há Casas da Mulher Brasileira.

Prevenção, investigação e integração de serviços

Outra frente de atuação é a reorganização dos fluxos institucionais. O governo implementou programas de formação para equipes de segurança, saúde e assistência, com o objetivo de unificar procedimentos e reduzir a fragmentação entre órgãos. Esses protocolos buscam padronizar a investigação, o atendimento inicial, o encaminhamento das vítimas e o monitoramento de casos recorrentes.

O Ministério da Justiça ampliou sua participação com o programa Mulher Segura, voltado

ao fortalecimento das delegacias especializadas, à expansão das patrulhas Maria da Penha e à criação de núcleos de investigação de feminicídios.

O investimento inicial de R\$ 370 milhões financia sistemas de integração de dados entre segurança pública, saúde e justiça, considerados essenciais para antecipar riscos e acompanhar medidas protetivas. A proposta é consolidar uma base nacional capaz de identificar padrões de violência e orientar ações preventivas.

A proteção também depende da capacidade de resposta do Estado. Delegacias especializadas passaram a contar com apoio federal para funcionamento em horários ampliados, inclusive 24 horas, e centros de referência receberam recursos para reforçar equipes e infraestrutura.

Esse esforço busca enfrentar um dos principais gargalos: a falta de atendimento qualificado em momentos críticos, especialmen-

te em regiões Norte e Nordeste, onde os índices de feminicídio são mais altos.

O Ligue 180, central nacional de denúncia e orientação, registrou aumento superior a 22% no volume de denúncias entre 2023 e 2024. Em 2025, o Ministério das Mulheres lançou um painel público de dados para acompanhar as ocorrências de forma sistemática e regionalizada, permitindo planejamento mais preciso de ações e investimentos.

Mesmo com a ampliação das políticas, persistem desafios estruturais. A subnotificação segue elevada, o monitoramento eletrônico de agressores ainda não cobre a demanda e a integração entre sistemas estaduais avança em ritmo desigual.

As ações previstas para 2025 incluem a expansão das Salas Lilás, novas unidades da Casa da Mulher Brasileira e a consolidação dos protocolos nacionais de atendimento, compondo a fase seguinte da política federal. ■



Estrutura da Sala Lilás integra acolhimento, orientação e atendimento inicial para mulheres vítimas de violência



Lula propõe reunião dos Poderes para enfrentar o feminicídio: “É uma responsabilidade nossa”

Presidente articula encontro entre os Poderes e setores da sociedade para coordenar ações contra o feminicídio, em meio ao aumento dos casos e ao avanço das políticas federais de proteção às mulheres

Henrique Nunes e Guto Alves

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que pretende convocar uma reunião com representantes dos Poderes da República e setores da sociedade para organizar um “mutirão educacional” de combate ao feminicídio e à violência contra mulheres. A proposta foi feita durante a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social,

Presidente cobra ação coordenada dos poderes e reforça política federal de proteção às mulheres

em Brasília, no dia 8, poucos dias após novos casos de grande comoção nacional.

Lula afirmou que a estratégia deve reunir Parlamento, Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), tribunais estaduais, sindicatos, grupos religiosos e organizações sociais. A coordenação, segundo ele, deve envolver especialmente os homens, que carregam a responsabilidade pela mudança de comportamento necessária para enfrentar a violência de gênero.

O presidente tem reforçado o

tema em eventos oficiais ao longo da semana e citou novamente os casos recentes que ganharam repercussão nacional. Entre eles, o de Tainara Souza Santos, 31 anos, atropelada e arrastada por cerca de um quilômetro na zona norte de São Paulo, crime que resultou na amputação de suas pernas. Lula também mencionou o caso do incêndio criminoso no Recife que matou uma mulher grávida e quatro crianças.

Segundo dados do Ministério das Mulheres, o Brasil registrou 1.459 feminicídios em 2024. Somente em 2025, já são mais de 1.180 casos, além de quase 3 mil atendimentos diários pelo Ligue 180. O Mapa Nacional da Violência de Gênero aponta que 3,7 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência doméstica no último ano.

Endurecimento da legislação e medidas já adotadas

Nos últimos anos, passaram a vigorar mudanças importantes na legislação. O chamado Pacote Antifeminicídio, sancionado pelo presidente Lula, aumentou a pena para feminicídio para 20 a 40 anos, acima da pena aplicada ao homicídio qualificado. A lei também ampliou punições para lesão corporal, injúria, calúnia e difamação quando praticadas em contexto de violência de gênero.

Outras alterações incluem a possibilidade de seguir com o processo de ameaça mesmo sem representação da vítima; restrições ao poder familiar do agressor; transferência para unidade prisional distante do endereço da vítima; e uso obrigatório de tornozeleira eletrônica para condenados que tenham sido beneficiados na execução penal.

Políticas de proteção e fortalecimento da rede de atendimento

Além da legislação, o governo federal vem ampliando e reorganizando políticas públicas voltadas à proteção das mulheres. A criação do Ministério das Mulheres instituiu, pela primeira vez, uma pasta dedicada à articulação nacional dessas ações.

País registrou 1.459 feminicídios em 2024 e mais de 1.180 casos apenas este ano

A rede de atendimento passou por expansão com a retomada do Programa Mulher Viver Sem Violência e com o reforço às unidades da Casa da Mulher Brasileira, que combinam delegacia especializada, Defensoria Pública, apoio psicossocial, abrigo emergencial e serviços integrados. Mais de 40 unidades estão previstas para construção, equipagem ou revitalização, segundo dados oficiais.

O governo também reestru-

turou o Disque 180, ampliando transparência e monitoramento dos atendimentos, e investiu na recomposição dos serviços oferecidos em estados e municípios.

Na área econômica, medidas estruturantes complementam a política de proteção, como a Lei de Igualdade Salarial, que regula remuneração igual entre homens e mulheres, e programas voltados à permanência e formação de meninas e mulheres na educação, qualificação profissional e habitação. Em 2023, o governo destinou R\$ 215,9 bilhões a 91 ações orçamentárias voltadas às mulheres.

No âmbito da administração pública, 76% dos novos cargos de direção criados nesta gestão foram ocupados por mulheres, e elas já representam 45,6% dos servidores ativos.

Reunião nacional e pacto federativo

Durante a Conferência de Assistência Social, Lula também tratou da PEC do Suas, que estabelece financiamento mínimo tripartite (União, estados e municípios) para o Sistema Único de Assistência Social.

O presidente afirmou que a proposta precisa ser analisada quanto à viabilidade fiscal e que o Suas é “uma das políticas mais importantes já criadas”. O ministro Wellington Dias defendeu um acordo federativo para garantir o cofinanciamento permanente.

A reunião com os Poderes, ainda sem data definida, deve ser convocada, segundo Lula, ainda neste ano. A expectativa é que o encontro marque uma nova etapa da atuação do governo no enfrentamento ao feminicídio, combinando políticas sociais, educação, justiça e segurança pública. ■

CNH do Brasil moderniza habilitação e reduz custos para milhões de brasileiros

Nova regulamentação simplifica etapas, reduz em até 80% o custo para tirar a carteira de motorista e amplia o acesso à habilitação com curso teórico digital e maior liberdade na formação prática

Redação Focus Brasil*

O governo federal instituiu um novo marco para a habilitação no país com a regulamentação da resolução que cria a CNH do Brasil. A medida moderniza o processo de formação de condutores, reduz custos e amplia o acesso ao documento para milhões de pessoas que hoje não conseguem arcar com os valores cobrados ou vivem em regiões com poucos serviços disponíveis.

Com a mudança, o curso teórico passa a ser gratuito e totalmente digital, podendo ser realizado no aplicativo CNH do Brasil — nova versão da Carteira Digital de Trânsito (CDT). A etapa prática também foi flexibilizada, com possibilidade de formação por instrutores autônomos credenciados pelos Detrans, além das autoescolas tradicionais.

As novas regras permitem que o cidadão acompanhe todo o processo de forma digital, desde a abertura do serviço até a realização do curso teórico. Apenas etapas obrigatórias, como exame médico e coleta biométrica, continuarão presenciais.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, durante anúncio em Brasília, que a mudança



Agência Brasil

beneficia principalmente trabalhadores que utilizam veículos como instrumento de renda. Segundo ele, a redução dos custos representa “dinheiro que vai sobrar para levar mais comida para casa”, além de oferecer dignidade e formalização a entregadores, motoristas de aplicativo e trabalhadores informais.

Simplificação e redução de custos

A resolução aprovada pelo Contran permitirá a redução de até 80% no custo total da carteira, atendendo a uma das principais demandas de jovens e trabalhadores. O processo deixa de exigir 20 horas obrigatórias de aulas práti-



Ricardo Suckert/BR

cas e passa a exigir apenas 2 horas mínimas, com liberdade para o candidato escolher entre autoescolas ou instrutores autônomos. O exame médico e psicológico terá preço reduzido em 40%, medida que auxilia no barateamento final.

Com mais flexibilidade, a expectativa do governo é reduzir a informalidade no trânsito e modernizar a formação de novos condutores. O país tem cerca de 20 milhões de motoristas dirigindo sem habilitação e outros 30 milhões de brasileiros em idade para possuir CNH, mas que nunca iniciaram o processo por falta de recursos.

CNH digital como padrão

O documento físico passa a ser opcional: quem preferir poderá utilizar apenas a CNH digital, que é gratuita. O aplicativo CNH do Brasil concentrará todo o processo de formação, acompanhamento e emissão do documento. Segundo o Ministério dos Transportes, a digitalização deve ampliar o acesso de moradores de

áreas remotas, reduzir filas e permitir maior transparência sobre cada etapa.

Acesso mais fácil ao mercado de trabalho

A simplificação também alcança as categorias profissionais C, D e E. Motoristas de caminhão, ônibus e vans poderão realizar etapas teóricas online, com opções diversificadas de formação para a etapa prática. A expectativa é ampliar o número de trabalhadores aptos a obter habilitação profissional, suprimindo lacunas de mão de obra no transporte e na logística.

O governo também anunciou a Medida Provisória do Bom Conductor, que cria benefícios para quem não acumula pontos por infrações. Nesses casos, a renovação da CNH será automática, sem necessidade de pagamento de novas taxas ou exames, desde que o condutor mantenha histórico limpo.

Para o Ministério dos Transportes, o mecanismo estimula boas práticas no trânsito e reduz

custos permanentes para motoristas que cumprem as regras.

Impacto para trabalhadores e famílias

Durante a cerimônia de lançamento, o entregador Tiago Nascimento relatou que nunca conseguiu tirar a habilitação por falta de recursos e cuidados com a família. Para ele, a nova CNH “chega em um momento decisivo”, sobretudo para quem trabalha com aplicativo e depende da carteira para melhorar a renda.

Segundo a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), a mudança deve ampliar significativamente o acesso ao documento e reduzir o número de pessoas que dirigem sem habilitação, aumentando a segurança viária e formalizando a atividade de entregadores, motoristas e autônomos.

A previsão do governo é que as novas regras comecem a valer gradualmente nos próximos meses, com integração nacional dos sistemas e adaptação dos Detrans. ■

*com informações do Planalto



Rovera Rosa/Agência Brasil

Grupo de Trabalho amplia ações do governo Lula em defesa de motoristas de app

Governo cria Grupo de Trabalho para formular garantias, ampliar direitos e estruturar políticas voltadas a motoristas e entregadores de aplicativo

Henrique Nunes

Entre 2015 e 2025, o número de trabalhadores de aplicativos cresceu 170%, passando de 770 mil para 2,1 milhões, segundo dados do Banco Central divulgados em setembro. O salto ajuda a di-

mensionar o novo mundo do trabalho e a urgência em regulamentar uma categoria que, por anos, operou sem proteção adequada.

Abandonados durante o des-governo Bolsonaro, motoristas e entregadores entraram de fato no radar da nova gestão Lula. O avanço mais recente foi anunciado no dia 4 de dezembro, com a criação de um Grupo de Trabalho para

formular soluções e garantias para quem depende das plataformas para trabalhar.

O GT será coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Também terá representantes de organizações de entregadores das cinco regiões do país e de centrais sindicais.

Guilherme Boulos, ministro da SGPR, abriu o anúncio destacando a centralidade do tema: “É preciso remunerar decentemente esses trabalhadores que muitas vezes levam comida para a nossa casa com fome, sem um ponto de parada para almoçar, porque o salário não é suficiente. É preciso ter consciência humana”.

Compromissos assumidos no novo Grupo de Trabalho

Boulos também detalhou propostas apresentadas pelos entregadores e que serão tratadas no GT. Entre elas, a criação de um



ganho mínimo para a categoria. “Hoje trabalham demais e ganham pouco”, resumiu.

Outra demanda é estabelecer formas de seguro e proteção previdenciária. O ministro destacou ainda a reivindicação por transparência nos algoritmos: “Tanto motoristas quanto entregadores são comandados por sistemas que utilizam seus dados sem qualquer transparência. Essa é uma demanda central”.

Para Nicolas dos Santos, um dos entregadores que assinou simbolicamente a portaria, o debate é direto: “Para garantir trabalho digno, moradia e educação para nossos filhos, precisamos receber dignamente”.

O GT terá duração inicial de 60 dias, com possibilidade de prorrogação.

Consignado e acesso a crédito

Em junho, a categoria já havia conquistado outro avanço: o acesso ao crédito consignado, aprovado por medida provisória relatada pelo senador Rogério Carvalho. A

Nova agenda integra medidas já adotadas pelo governo, como crédito consignado e a CNH mais barata para trabalhadores de app

medida reconhece a importância desses trabalhadores na economia e permite empréstimos com desconto de até 30% sobre repasses das plataformas, mediante adesão voluntária e autorização

expressa.

A expectativa é de que a mudança injete R\$ 21,3 bilhões na economia, beneficiando cerca de 1,5 milhão de motoristas e entregadores.

CNH mais barata e direitos mínimos

Outra medida de impacto direto é a CNH do Brasil, iniciativa que torna o processo de habilitação menos burocrático e até 80% mais barato. A mudança busca garantir que dirigir deixe de ser privilégio e se torne um direito com acesso ampliado — inclusive para trabalhadores de aplicativo.

O governo também apresentou um Projeto de Lei Complementar para garantir direitos mínimos aos motoristas de aplicativo. A principal inovação é a obrigatoriedade de contratos por escrito entre plataformas, usuários e trabalhadores. O texto define “trabalhador autônomo plataformizado” como o motorista não subordinado que presta serviços por meio de aplicativo ou plataforma digital. ■



Governo destina R\$ 80 milhões anuais ao combate ao trabalho infantil

Recurso será repassado a estados, municípios e ao Distrito Federal por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, reforçando a rede de proteção socioassistencial

Redação Focus Brasil, com informações da Agência Gov

O Governo Federal anunciou o repasse anual de R\$ 79,2 milhões para ações de enfrentamento ao trabalho infantil, beneficiando os 26 estados, o Distrito Federal e 1.011 municípios no âmbito do Programa de

Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

O ato foi assinado pelo ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, e pelo secretário nacional de Assistência Social, André Quintão, nesta segunda-feira (8), durante a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília.

O investimento reforça a rede socioassistencial responsável

por identificar, prevenir e acompanhar crianças e adolescentes expostos ao trabalho precoce, ampliando visitas domiciliares, monitoramento, encaminhamentos e ações intersetoriais articuladas com a educação, saúde e proteção social.

Com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a conferência marcou os 20 anos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Lula destacou a importância da rede para a redução das desigualdades e reconheceu o papel dos trabalhadores que atuam em todo o país.

Segundo o ministro Wellington Dias, a capilaridade do SUAS permite alcançar cerca de 94 milhões de pessoas, incluindo famílias em situação de rua, imigrantes e refugiados, por meio de 43 milhões de visitas domiciliares.

O secretário André Quintão lembrou que o SUAS está presente em quase todos os municípios brasileiros, por meio de CRAS, CREAS, Centros POP e entidades da rede socioassistencial, e que mais de 400 mil profissionais de diferentes áreas integram a estrutura responsável pela execução dos serviços e pela gestão do Cadastro Único.

A conferência também reforçou a mobilização pela aprovação da PEC 383, que estabelece percentuais mínimos de financiamento para a assistência social, considerada essencial para a sustentabilidade do SUAS. No evento, foi assinada a criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS, destinada a fortalecer o diálogo entre governo e trabalhadores do setor.

Como reconhecimento ao trabalho desenvolvido na política de assistência social, Lula recebeu o Prêmio Simone Albuquerque, que homenageia iniciativas que fortalecem a proteção e a dignidade de populações em situação de vulnerabilidade. ■

Em Recife, FPA realiza seminário sobre efeitos das mudanças climáticas no Nordeste

Evento trouxe os desdobramentos sociais e ambientais na região a partir da crise climática



Reprodução

Claudia Rocha

Na quarta-feira (3), foi realizado o seminário “Emergência Climática, Preservação e Desenvolvimento no Nordeste”, com organização da Fundação Perseu Abramo. O evento ocorreu em Recife, na sede do Sintepe, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco.

Parte de uma extensa programação da fundação em torno da pauta ambiental, realizada ao longo do ano em diferentes capitais, o encontro reuniu ativistas, representantes de entidades da sociedade civil, organizações políticas e militantes do partido com o objetivo de debater o assunto com foco nas questões nordestinas, a partir dos impactos no semiárido e da necessidade de preservação da caatinga.

Ato político

A abertura do seminário foi realizada com saudações do presidente da FPA, Paulo Okamoto, e do vice-presidente, Brenno Almeida. Participaram da primeira mesa: Francisco Alexandre, superintendente da Sudene e conselheiro da fundação; Edneida Rabêlo Cavalcanti, coordenadora-geral do Centro em Estudos e Dinâmicas Sociais e Territoriais da Fundação Joaquim Nabuco; e Saulo Dias Kalunga, Secretário Nacional de Meio Ambiente do PT.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco, Ivete Catano, contou que o tema das mudanças climáticas foi inserido nas últimas pautas de reivindicações da categoria por conta do aumento do número de casos de crianças e adolescentes que passaram mal em sala de aula devido às altas temperaturas.

Francisco Alexandre, superintendente da Sudene, falou do pa-

pel desempenhado pela autarquia no desenvolvimento regional. O superintendente ressaltou que a atuação abrange 11 estados (com Minas Gerais e Espírito Santo) e 59 milhões de brasileiros. Além disso, Francisco Alexandre destacou os desafios da instalação e produção de energia eólica e comentou sobre o estabelecimento dos data centers verdes, com utilização de água de reuso para o resfriamento.

A diretora na Fundação Joaquim Nabuco, Edneida Rabêlo Cavalcanti, abordou a falta de regulamentação da energia eólica e os conflitos causados pelo modelo, assim como a preocupação em relação ao avanço da instalação dos data centers. Ela também disse que é necessário que as políticas de educação ambiental, principalmente nas escolas, sejam colocadas na perspectiva da urgência climática. “Precisamos abordar esse assunto como algo que já é urgente e não que ainda vai ser”, afirmou.

O secretário nacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, Saulo Dias Kalunga, ressaltou a importância do diálogo com os trabalhadores sobre o tema do desenvolvimento, que, na opinião do secretário, ainda é bastante negligenciado e pouco explicado, de modo geral.

“Não temos mais que falar em transição, mas sim em transformação justa e, principalmente, popularizar a pauta, as pessoas que mais serão afetadas muitas vezes são as que estão mais distantes dos termos que utilizamos, as pessoas precisam saber exata-

mente o que está acontecendo”, defendeu o ambientalista.

Clima, seca e Direitos Humanos no Nordeste

Na segunda mesa do seminário, participaram: o secretário de Habitação do Recife, Felipe Cury; o especialista em desertificação, Aldrin Perez Marin, que é coordenador do Observatório da Caatinga e Desertificação e pesquisador do Instituto Nacional do Semiárido; a advogada e ativista pela justiça climática Luciana Florêncio; o arquiteto e urbanista professor da UFPE Roberto Montezuma e o especialista em energia limpa João Cumarú, cientista político e assessor de relações internacionais do Consórcio Nordeste.

Especialista sobre o processo de desertificação, o nicaraguense que vive no Nordeste brasileiro há décadas, Aldrin Perez Marin trouxe dados relevantes que colocam o bioma da caatinga em destaque no equilíbrio ecológico do ecossistema do país. “Graças ao semiárido, o Brasil respira e graças à caatinga, o futuro floresce”, disse o pesquisador.

Marin conta que, apesar de representar apenas 10% da vegetação, a caatinga foi responsável por sequestrar 50% dos gases do efeito estufa no Brasil, entre 2015 e 2022. A grande eficiência demonstrada pelo bioma precisa ser uma pauta do governo federal na questão ambiental, na opinião do cientista.

Do ponto de vista dos programas sociais que alteraram a vida da população no território, o coordenador do Observatório da Caatinga e Desertificação e pesquisador do Instituto Nacional do Semiárido, apontou as transformações ocorridas a partir do Programa de Cisternas. Criado na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o benefício fortaleceu a agricultura fa-

miliar da região.

Na área urbana, o secretário de Habitação do Recife, Felipe Cury, trouxe uma apresentação sobre a intergovernabilidade do tema das mudanças climáticas na capital pernambucana, que abrange questões como o risco de inundações e a elevação do nível do mar.

Cury explicou que a necessidade de planejamento de conjuntos habitacionais mais elevados, a princípio, parece um assunto do futuro, mas que, na verdade, já é bastante debatido atualmente. A cidade do Recife é a 16ª com

Debates trataram de semiárido, energia eólica, desertificação e desafios urbanos diante da crise climática

maior vulnerabilidade às mudanças climáticas no mundo e, nesse sentido, o acesso à moradia digna está intimamente ligado à recuperação de diversas áreas da cidade.

A assessora da Cáritas para a região Nordeste 2 (que abrange Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) Luciana Florêncio colocou a importância da perspectiva da atuação da sociedade civil junto às políticas públicas de Meio Ambiente. “Nada para nós, sem nós”, lembrou a representante da organização. Ela citou a atuação da Cáritas enquan-

to assessoria técnica de representação dos atingidos por crimes socioambientais como em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, e pontuou a ação realizada pela organização junto às populações afetadas pelos complexos eólicos no Nordeste.

A ativista abordou que, além da importância do reconhecimento dos direitos das pessoas que vivem nos territórios afetados, há ainda o entendimento jurídico de que a natureza é também um sujeito de direitos, e não apenas objeto de proteção, e assim, é necessário garantir sua existência, evolução e integridade.

O professor da UFPE Roberto Montezuma listou alguns exemplos de projetos de recuperação de áreas urbanas e pontuou, de maneira positiva, o modelo de cidade-parque, no qual a cidade do Recife se espelha para garantir sustentabilidade e adaptação às mudanças do clima. O urbanista falou da troca de experiências com cidades na Holanda, que também vivem o desafio do manejo das águas na malha urbana e ressaltou a participação popular como um dos pilares para o sucesso das políticas ambientais.

Autarquia interfederativa composta pelos nove estados da região, o Consórcio Nordeste foi criado em 2019 com a premissa de fortalecer o pacto federativo a partir da perspectiva da região e atuou fortemente no período da pandemia, na obtenção de suprimentos, entre outras políticas.

O cientista político João Cumarú, que atua como assessor de relações internacionais, apresentou as atribuições do consórcio e falou sobre o trabalho que realiza por meio da paradiplomacia (que é realizado por entidades subnacionais como estados, províncias e municípios) na cooperação e investimentos no mercado de carbono e para recuperação de áreas degradadas do semi-árido. ■



Paulo Pinto/Agência Brasil

Brasil reduz pobreza ao menor nível em mais de uma década, aponta IBGE

Entre 2023 e 2024, 8,6 milhões de pessoas deixaram a pobreza e 1,9 milhão superaram a extrema pobreza, impulsionadas por programas sociais, renda do trabalho e recuperação econômica

Guto Alves

Anova Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo IBGE, confirma uma inflexão importante na trajetória social do país. Entre 2023 e 2024, 8,6 milhões de brasileiros deixaram a pobreza e 1,9 milhão superaram a extrema pobreza, levando os indicadores ao melhor nível desde o início da série histórica, em 2012. A queda

é consistente e ocorre pelo terceiro ano consecutivo.

O estudo considera como pobres as pessoas que vivem com menos de US\$ 6,85 por dia, padrão internacional estabelecido pelo Banco Mundial. Em 2023, o país tinha 57,6 milhões de brasileiros nessa condição; em 2024, o número caiu para 48,9 milhões. A proporção da população pobre recuou de 27,3% para 23,1%.

No caso da extrema pobreza, definida como renda diária inferior a US\$ 2,15, o contingente passou de 9,3 milhões para 7,4

milhões, o menor percentual já registrado.

Programas sociais, trabalho e renda: o que explica a melhora

Os dados do IBGE mostram que a redução da pobreza está diretamente associada ao efeito dos programas de transferência de renda do Governo Federal, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), e ao aquecimento do mercado de trabalho nos últimos anos.

Segundo o estudo, sem os pro-

gramas sociais, a extrema pobreza seria quase três vezes maior, saltando de 3,5% para 10% da população. No caso da pobreza, a proporção subiria de 23,1% para 28,7%.

O efeito redistributivo aparece também no índice de Gini, que mede desigualdade de renda. Em 2024, o índice caiu para 0,504, o menor nível desde o início da série em 2012. Para efeito de comparação, sem as políticas de transferência de renda, o Gini seria 0,542.

A recuperação do emprego segue sendo outro fator determinante, com aumento da renda média do trabalho e redução da informalidade, segundo o IBGE e dados compilados pela Agência Brasil.

Desigualdades regionais e raciais permanecem, mas há avanços

Embora a redução da pobreza seja generalizada no país, o ritmo varia entre regiões. O Nordeste registrou a maior queda proporcional, passando de 47,2% de sua população na pobreza em 2023 para 39,4% em 2024 — recuo de 7,8 pontos percentuais. O Sul mantém os menores índices: 11,2% de pobres.

As desigualdades por gênero e raça continuam marcantes. Em 2024:

- 24% das mulheres estavam na pobreza, contra 22,2% dos homens.
- Pessoas pretas e pardas representavam 71,3% dos pobres do país.
- A taxa de pobreza entre pessoas brancas era de 15,1%; entre pardas, 29,8%; entre pretas, 25,8%.
- A extrema pobreza atingia 4,5% das pessoas pardas e 3,9% das pretas, contra 2,2% das brancas.



Tânia Rego/Agência Brasil

Sem programas de transferência de renda, extrema pobreza seria quase três vezes maior, mostra o IBGE

Entre crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, a vulnerabilidade é ainda mais acentuada: 5,6% eram extremamente pobres e 39,7% estavam na pobreza. Entre idosos, os índices são bem menores — 1,9% e 8,3%, respectivamente. Sem previdência social, a extrema pobreza entre idosos saltaria para 35,4%, segundo exercício apresentado pelo IBGE.

Brasil volta ao patamar pré-crise e supera níveis históricos

O SIS confirma que o Brasil não apenas se recuperou da pior crise social recente, ocorrida durante a pandemia, como superou níveis anteriores. Em 2021, no auge da crise, a pobreza atingiu 36,8% da população — maior patamar da série. A queda contínua registrada desde 2022 corrige essa trajetória.

Além do aumento da renda e dos efeitos diretos dos programas sociais, a melhora do índice Gini indica que a política de transferência de renda reduziu desigualdades de forma estrutural. Esse efeito é reforçado por cálculos que simulam a ausência de benefícios previdenciários: o índice de pobreza entre idosos subiria de 8,3% para 52,3%.

O conjunto dos dados demonstra que a combinação entre aquecimento econômico, recomposição de políticas sociais e maior distribuição de renda teve impacto direto sobre a queda da pobreza, com efeitos mais abrangentes nas regiões de menor renda. ■

Com informações da Agência Brasil e do Planalto



Pesquisa da Conab e do Dieese mostra recuo da cesta básica em 24 capitais, puxado por maior oferta de arroz, tomate, açúcar, leite e café

Pesquisa aponta queda no preço da cesta básica em 24 capitais do país

Conab e Dieese registram recuo puxado por arroz, tomate, açúcar, leite integral e café em pó na comparação entre outubro e novembro

Redação Focus Brasil

O preço da cesta básica caiu em 24 das 27 capitais brasileiras entre outubro e novembro, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo Dieese. As reduções mais expressivas foram registradas em Macapá (-5,28%), Porto Alegre (-4,10%), Maceió (-3,51%), Natal (-3,40%) e Palmas (-3,28%).

Ligeiras altas ocorreram apenas em Rio Branco (0,77%), Campo Grande (0,29%) e Belém (0,28%). A Conab atribui a queda

generalizada ao impacto da safra e à maior oferta de alimentos no varejo.

Entre os itens que mais contribuíram para o recuo estão o arroz agulhinha, com redução em todas as capitais monitoradas, variando de -10,27% em Brasília a -0,34% em Palmas; e o tomate, com quedas em 26 capitais, incluindo -27,39% em Porto Alegre. O maior volume disponível na fase de maturação ajudou a pressionar preços para baixo.

Também tiveram redução expressiva o açúcar e o leite integral. O açúcar registrou recuos em 24 capitais, influenciado pela maior oferta e pela queda nos preços internacionais, com destaques para Boa Vista (-6,22%) e Aracaju (-6,09%). O leite integral também

caiu em 24 capitais, acompanhando o aumento da oferta interna; as variações foram de -7,27% em Porto Alegre a -0,28% em Rio Branco.

O café em pó teve queda em 20 cidades, impulsionada pela boa produtividade das lavouras e por fatores ligados ao mercado internacional. As principais reduções ocorreram em São Luís (-5,09%), Campo Grande (-3,39%) e Belo Horizonte (-3,12%).

Em novembro, os menores valores médios da cesta foram observados em Aracaju (R\$ 538,10), Maceió (R\$ 571,47), Natal (R\$ 591,38), João Pessoa (R\$ 597,66) e Salvador (R\$ 598,19). Os custos mais altos seguem concentrados nas regiões Sul e Sudeste, com destaque para São Paulo (R\$ 842,26), Florianópolis (R\$ 800,68) e Cuiabá (R\$ 789,98).

A ampliação recente da pesquisa — agora realizada em todas as 27 capitais do país — é resultado da parceria entre a Conab e o Dieese, reforçando a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política Nacional de Abastecimento Alimentar. ■

Com informações do Conab e Dieese



Flávio Bolsonaro tenta emplacar versão moderada da família: “Ele não quis tomar vacina; eu tomei duas doses”

Senador reafirma candidatura à Presidência, tenta se diferenciar do pai ao citar vacinação e aposta no sobrenome para disputar espaço com Tarcísio em meio à guerra interna do bolsonarismo

Fernanda Otero

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) declarou que sua candidatura à Presidência da República em 2026 é “irreversível”. A fala, dada em entrevista à Folha de S.Paulo nesta segunda-feira (8), ocorre menos de 24 horas após ele afirmar que poderia desistir da disputa “por um preço”: a liberdade do pai, Jair Bolsonaro, e a recuperação de sua elegibilidade.

Flávio também buscou dife-

renciar-se politicamente do ex-presidente ao afirmar: “Ele não quis tomar vacina; eu tomei duas doses”. A frase, apresentada como sinal de “moderação”, reforça o esforço do senador para se posicionar como alternativa dentro do próprio bolsonarismo.

O primogênito do ex-presidente — que cumpre pena de 27 anos por tentativa de golpe de Estado — apresentou seu sobrenome como vantagem competitiva sobre o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), até então favorito entre a direita tradicional. “Eu também atendo a todos os requisitos, com a vantagem

de ter o sobrenome Bolsonaro”, disse. Segundo ele, sua candidatura representa “uma luz no fim do túnel” para a militância, que estaria “de cabeça baixa”.

Técnico em Eletrônica e advogado, Flávio Bolsonaro, 44, nasceu em Resende (RJ) e foi eleito deputado estadual em 2002, aos 21 anos, sendo reeleito sucessivamente.

Em 2016, disputou a prefeitura do Rio de Janeiro e terminou em quarto lugar, com mais de 400 mil votos. Em 2018, foi eleito senador pelo Rio, em mandato que termina em 2026. Antes de filiar-se ao PL com o pai, em 2019, passou por outros sete partidos.

Conflitos familiares e disputa pela sucessão

A projeção da candidatura ocorre em meio a um 2025 marcado por conflitos dentro da família Bolsonaro. Michelle Bolsonaro criticou uma aliança com Ciro Gomes no Ceará e recebeu reprimendas de Flávio e Carlos Bolsonaro, que depois pediram desculpas.

Eduardo Bolsonaro (PL-SP) tem acumulado atritos com políticos bolsonaristas — entre eles Tarcísio de Freitas, Nikolas Ferreira, Valdemar da Costa Neto e o próprio Jair Bolsonaro. O presidente do PL respondeu ao deputado com dureza: “Canalice é xingar o próprio pai e pensar que tem votos. Os votos são do seu pai, não seus”.

Viabilidade e estratégia política

Flávio afirma buscar apoio do centrão, mas diz já contar com o PL “e o povo”. Também avaliou como improvável a reversão da inelegibilidade de Jair Bolsonaro e afirmou que sua candidatura “não está à venda”.

“A única possibilidade de o Flávio Bolsonaro não ser candidato a presidente da República é o candidato ser o Jair Messias Bolsonaro. Não tenho preço”, declarou. ■



Freepik

Governo envia ao Congresso PL de novo sistema de governança para inteligência artificial

Projeto corrige vício do PL 2338, cria o Sistema Nacional de IA e consolida competências da ANPD e de reguladores setoriais

Redação Focus Brasil

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que estabelece a governança da inteligência artificial no Brasil e corrige o vício de iniciativa identificado no PL 2338/2023, aprovado pelo Senado em 2024.

Assinado pela ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e pelo mi-

nistro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, o novo texto cria o Sistema Nacional para Desenvolvimento, Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), responsável por organizar competências, definir responsabilidades e estruturar mecanismos de participação social para o tema.

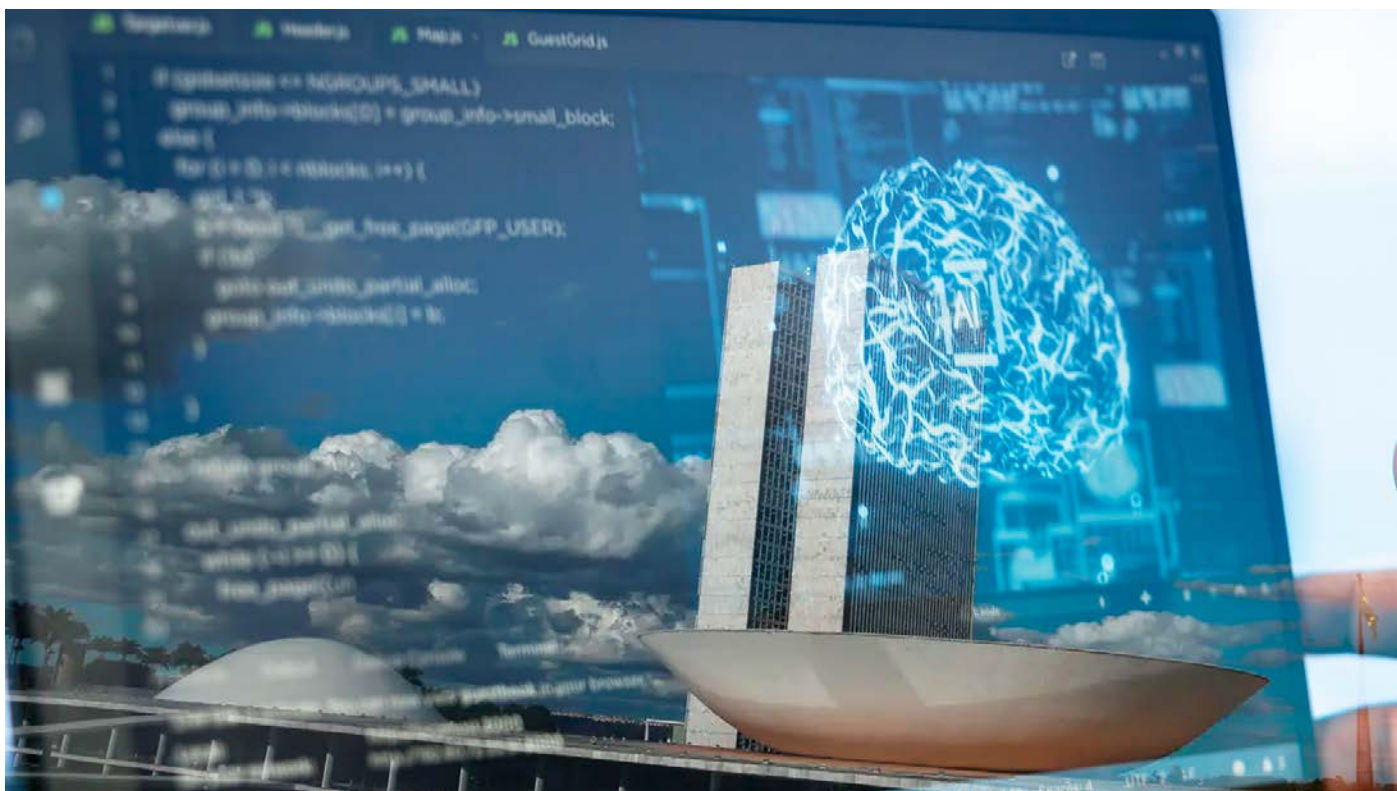
A proposta consolida a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como autoridade encarregada de estabelecer normas gerais e de regular e fiscalizar setores que hoje não possuem órgão regulador próprio. Ao mesmo tempo, reafirma o papel das auto-

ridades setoriais – como as agências reguladoras e secretarias com competências específicas – na regulação e fiscalização do uso de IA em seus segmentos.

Assim, áreas que já possuem marcos regulatórios, como saúde, transporte, telecomunicações ou energia, passam a incorporar a inteligência artificial dentro dos mesmos princípios de supervisão. O modelo evita sobreposições e garante que cada setor trate os riscos e impactos de maneira adequada à sua realidade.

Participação social e estrutura estratégica

O projeto também institui duas



instâncias consultivas para assegurar participação social e escuta qualificada. O Comitê de Regulação e Inovação em Inteligência Artificial (Cria) reunirá representantes da sociedade civil, setores produtivos, usuários e pessoas afetadas por aplicações de IA.

Já o Comitê de Especialistas e Cientistas de Inteligência Artificial (Cecia) será formado por especialistas independentes e de notório saber, que contribuirão com análises técnicas e pareceres. Ambos terão caráter de assessoramento e funcionarão como espaços permanentes de diálogo, consulta pública e transparência.

O texto enviado pelo Executivo não aborda a regulação material da IA – temas como proibições, restrições ou classificações de risco seguem em debate no mérito do PL 2338, de autoria do senador Rodrigo Pacheco, atualmente em análise na Câmara dos Deputados e sob relatoria do deputado Aguiinaldo Ribeiro. O objetivo do novo projeto é estruturar o arcabouço institucional necessário para que a regulação ocorra de forma constitucional, coordenada e eficiente.

Além das diretrizes de gover-

Proposta do governo reorganiza a estrutura de regulação e governança da inteligência artificial

nança, a proposta reforça o papel do governo federal na agenda de desenvolvimento tecnológico. Entre as competências previstas estão o fomento à infraestrutura de IA no país, o incentivo à inovação nos setores produtivos, o estímulo

ao investimento em pesquisa e a articulação com o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA).

Para orientar essa política, o projeto cria ainda o Conselho Brasileiro de Inteligência Artificial (CBIA), órgão estratégico à semelhança do Conselho Monetário Nacional, que será formado por até cinco ministérios e pela ANPD e terá como função definir diretrizes gerais e políticas de Estado para o tema.

Com o novo projeto, o governo busca alinhar o país às melhores práticas internacionais, garantindo que o desenvolvimento e o uso de inteligência artificial ocorram de forma segura, transparente e compatível com os objetivos de inclusão social, inovação e soberania digital.

O envio da proposta corrige o vício de iniciativa do texto aprovado no Senado e assegura que a tramitação do marco legal de IA avance de maneira constitucional, preservando as competências do Executivo e fortalecendo a capacidade regulatória do Estado brasileiro. ■



Convocação de Zema marca última reunião da CPMI do INSS em 2025

Comissão aprova chamamento do governador de Minas, rejeita pedidos da oposição e avança na investigação das fraudes no consignado durante o governo Bolsonaro

Fernanda Otero

A CPMI do INSS encerrou os trabalhos de 2025 aprovando a convocação do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, sócio da Zema Crédito, Financiamento e Investimento S.A., empresa que atuou no crédito consignado e no pagamento do BPC e do Auxílio Brasil durante a pandemia. Na reunião realizada em 4 de dezembro, também foram rejeitados os pedidos para ouvir Fábio Luís Lula da Silva e o advogado-geral da União, Jorge Messias, recém-indicado ao Supremo Tribunal Federal.

A análise dos 181 requerimentos expôs novamente a disputa sobre o escopo da comissão. O deputado Rogério Correia (PT-MG), autor do pedido de convocação de Zema, destacou que o governador ainda detém 16,41% das ações da financeira e lembrou que, em outubro de 2022, apenas 11 empresas — entre elas a Zema — foram autorizadas pelo governo Bolsonaro a operar consignado para beneficiários do BPC e do Auxílio Brasil.

A oposição viu seus principais requerimentos rejeitados. Por 19 votos a 12, caiu o pedido para convocar Fábio Luís Lula da Silva, defendido pelo senador Sergio Moro (União-PR). O líder do governo, deputado Paulo Pimenta (PT-RS),

desafiou os parlamentares a apresentarem provas concretas contra o filho do presidente.

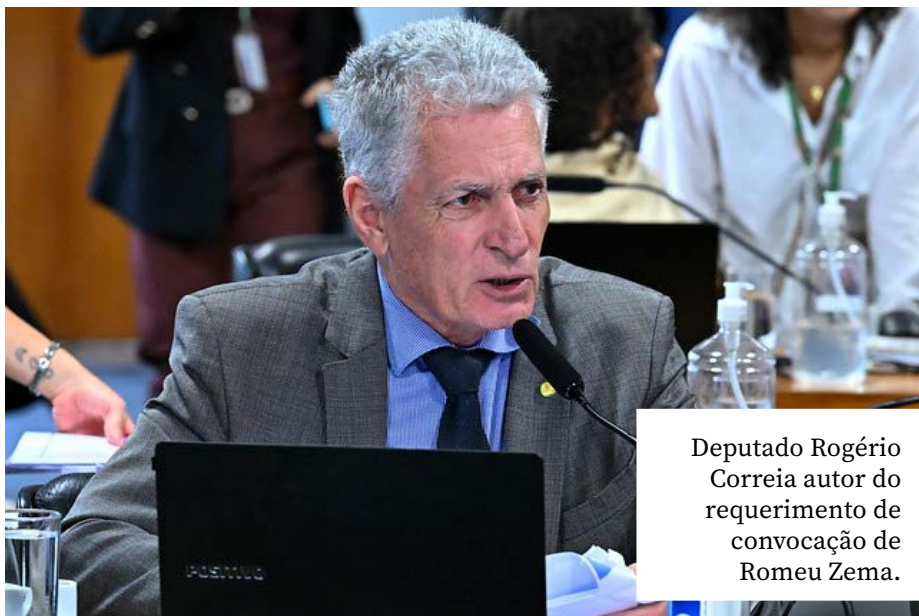
Ao longo de toda a CPMI, a base governista buscou manter o foco na investigação das origens do esquema durante o governo Bolsonaro. Para Paulo Pimenta, coordenador da base, o objetivo da comissão é “investigar quem são os responsáveis por esse roubo bilionário contra aposentados, pensionistas e beneficiários”.

Foco nas raízes do esquema

Na segunda parte da sessão, estava prevista a oitiva de Silas da Costa Vaz, da Conafer, que apresentou atestado médico e não compareceu. O segundo convoca-



O presidente da CPMI senador Carlos Viana



Deputado Rogério Correia autor do requerimento de convocação de Romeu Zema.

do, o empresário Américo Monte Júnior — investigado no núcleo identificado como “Golden Boys” — participou amparado por habeas corpus concedido pelo ministro Kassio Nunes Marques (STF) e permaneceu em silêncio. Segundo as investigações, ele teria movimentado valores que chegam a R\$ 1 bilhão. O relator da CPMI, Alfredo Gaspar, lembrou que Américo recebeu auxílio emergencial em 2021. “O Brasil ainda é um país de oportunidades”, ironizou.

Parlamentares da base apresentaram documentos que apontam para o Decreto 10.537, de 28/10/2020, assinado por Jair Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni, como marco da expansão das fraudes. A transferência de competências da fiscalização da Dirben para a Dirat e a extin-

Relatório parcial aponta mais de R\$ 1,2 bilhão em movimentações suspeitas e 108 empresas investigadas pela CPMI

ção, em 2022, da Divisão de Fiscalização (DAMB) são citadas como fatores que facilitaram o avanço do esquema.

Números da investigação

A CPMI, instalada em 20 de agosto de 2025, acumulou 29 reuniões, 639 documentos recebidos, mais de 250 GB de material analisado, 1.522 ofícios enviados e 2.841 requerimentos apresentados. Ao todo, 32 pessoas foram ouvidas. Quatro autos de prisão em flagrante foram expedidos, além de 30 pedidos de prisão preventiva, e 10 pessoas foram presas em operações da Polícia Federal após o início dos trabalhos.

O material inclui mais de 4.800 documentos oficiais examinados, 73 requerimentos de informação deferidos, 48 quebras de sigilo aprovadas e a identificação de 108 empresas suspeitas, com movimentações incompatíveis superiores a R\$ 1,2 bilhão.

Perspectivas para 2026

O presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou que solicitará ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a prorrogação da comissão além do prazo final previsto para 28 de março de 2026, e está buscando assinaturas para estender os trabalhos. A sessão aprovou novas quebras de sigilo telemático, fiscal e financeiro. Foi retirado de pauta o requerimento para convocar o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, que será ouvido após o recesso.

No encerramento, o presidente da CPMI informou que passará por cirurgia para a retirada de um tumor no estômago. A comissão retorna em fevereiro com foco nos empréstimos consignados — ponto em que, segundo parlamentares, o rombo pode ser ainda maior do que o identificado nas fraudes associativas. ■



O que está por trás do sucesso recente dos filmes nacionais

Filmes como *Ainda Estou Aqui* e *O Agente Secreto* inauguram uma nova fase do audiovisual brasileiro e enchem mercado de otimismo

Henrique Nunes

O ano era 1975. A produção audiovisual brasileira buscava uma nova identidade após o estranhamento “pra gringo ver” do Cinema Novo e uma geração profundamente acadêmica de realizadores. Mas havia na ocasião um cineasta que destoava dos colegas: Mazzaropi. Sim, o caipira que fazia filmes para as massas estreava na ocasião sua nova obra: *Jeca Tatu contra o Capeta*. O problema é que na sala ao lado havia nada menos do que o

Tubarão de Steven Spielberg. Mas o público brasileiro não teve dúvidas: na estreia, escolheu rir com a história do caipira provinciano a sofrer com o terror do blockbuster estadunidense. O caso foi um espanto para o setor, gerando inúmeros artigos na imprensa especializada.

No fim, não deu mesmo para Mazzaropi. Embora tenha sido um grande de público, com mais de 6 milhões de espectadores, ao longo das semanas de exibição, o filme acabou preterido pelas distribuidoras e jogado em poucas salas. Mas a vitória parcial de *Jeca Tatu* sobre *Tubarão* acendeu o debate sobre como competir de

igual para igual com Hollywood ou, ao menos, convencer o público brasileiro a prestigiar produções locais.

O caso ajuda a entender o quanto o setor tem se reestruturado nas últimas décadas até chegar ao bom momento atual, com produções premiadas internacionalmente e grande sucesso de público. Para entender a atual fase do cinema nacional é preciso recuperar uma série de medidas colocadas em prática a partir da chamada retomada, período de revitalização da produção cinematográfica brasileira, marcado pela reestruturação de políticas de fomento após a grave crise pro-



vocada pelo fechamento da Embrafilme, em 1990, pelo governo de Fernando Collor de Mello.

Foi com Carlota Joaquina, Princesa do Brasil (1995), dirigido por Carla Camurati, que o cinema nacional literalmente renasceu. Com grande sucesso comercial, a obra simbolizou o ressurgimento da indústria cinematográfica nacional, possibilitado pela nova estrutura de incentivos. Já era resultado direto da criação da Ancine, dois anos antes, que recolocou o setor na vitrine.

Outro ponto de virada foi a criação do Fundo Setorial do Audiovisual uma década mais tarde, que passou a fomentar o audiovisual brasileiro, aumentando a participação do produto nacional no mercado e garantindo sustentabilidade e diversidade ao setor.

Atual momento

Outro ponto em favor foi o restabelecimento da Lei da Cota de Tela, em 2024, após três anos em desuso. O novo decreto substituiu a antiga regra de “dias mínimos” para exibição por um sistema mais flexível: exige um percen-

tual mínimo de sessões ao longo do ano em cada complexo, ponderado de acordo com a escala do grupo exibidor — quanto maior o grupo, maior a cota exigida.

Os números mostram que o setor está no caminho certo. Além do sucesso internacional de filmes como Ainda Estou Aqui, vencedor do Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, no período entre maio de 2024 e maio de 2025 houve um aumento de 197% nas vendas de ingressos para filmes brasileiros em comparação ao período anterior, segundo levantamento da Ingresso.com.

O crescimento foi puxado especialmente por grandes sucessos nacionais, como o próprio Ainda Estou Aqui, que ficou em 3º lugar nos mais vendidos e permaneceu em cartaz por seis meses consecutivos, e O Auto da Compadecida 2. Juntos, os filmes foram vistos por mais de 10 milhões de brasileiros.

Com a estreia do cotado ao Oscar O Agente Secreto, de Kleber Mendonça Filho, a participação brasileira no mercado aumentou ainda mais: em apenas um mês de

exibição, obteve mais de 1 milhão de espectadores.

Para o diretor de cinema Guga Sander, que estreia em dezembro seu primeiro longa-metragem, outro fator que tem ajudado no aumento do interesse do público por filmes nacionais é a variação nos temas. “Por muitos anos, o Brasil ficou taxado pelo que era chamado de Favela Movie, filmes com temática social, mostrando a violência urbana, a pobreza e as mazelas do país. Embora alguns temas ainda sejam urgentes, como as denúncias contra a Ditadura Militar, já é possível encontrar produções de todos gêneros, da ficção científica ao terror”.

Essa aproximação com temas culturais e sociais que dialogam diretamente com a realidade brasileira, histórias ancoradas em questões urbanas, identidades regionais e personagens autênticos têm encontrado forte ressonância entre espectadores que buscam ver suas vivências representadas na tela.

Ao mesmo tempo, o humor e a música — pilares tradicionais do audiovisual nacional — seguem



sendo motores de audiência, tanto no cinema comercial quanto no circuito alternativo.

Por fim, a expansão das plataformas de streaming abriu novas portas para talentos locais, ampliando a visibilidade de filmes que, antes, ficavam restritos a salas de cinema. O lançamento híbrido, aliado a campanhas digitais mais eficientes, criou novos caminhos para alcançar públicos jovens e diversificados. Esse ecossistema mais robusto, tem impulsionado bilheteria e consolidado o cinema brasileiro como uma força criativa em ascensão.

Mercado

A fatia de mercado ocupada pelos filmes brasileiros nas salas de cinema do país também aumentou em 2025. Dados preliminares divulgados em novembro pela Agência Nacional de Cinema (Ancine) mostram que um em cada dez brasileiros que foi ao cinema em 2025, até agosto, assistiu a um filme nacional.

Segundo a Ancine, a participação no mercado subiu de 1,4% do público, nos oito primeiros meses de 2023, para 11,2% em 2025. Crescimento semelhante ocorreu no número de sessões ocupadas por filmes brasileiros: nos oito primeiros meses, passou de 4%, em 2023, para 14,1%, em 2025.

Especialistas no mercado audiovisual acreditam que o sucesso do filme nos cinemas do país e nas premiações internacionais impulsionará a produção cinematográfica nacional como um todo.

Em entrevista à Agência Senado, o professor da Universidade Federal de São Paulo (UFSCar) Arthur Autran, autor do livro *Pensamento Industrial Cinematográfico Brasileiro* (Hucitec Editora), afirmou: “Uma parte da nossa elite intelectual e da nossa classe média padece de uma insegurança cultural, derivada do complexo de vira-lata, e só se sente segura do valor do Brasil quando o reconhecimento vem de fora, quando há uma espécie de carimbo inter-

nacional. Isso acontece com a música, com a literatura, com a pintura e também com o cinema. Em termos simbólicos, portanto, as indicações e premiações de *Ainda Estou Aqui* são muito importantes para o cinema brasileiro”.

As 5 maiores bilheterias do cinema nacional

1. *Minha Mãe É Uma Peça 3* (2020) – **R\$ 169,8 milhões**
2. *Minha Mãe É Uma Peça 2* (2016) – **R\$ 124,6 milhões**
3. *Nada a Perder* (2018) – **R\$ 120,2 milhões**
4. *Os Dez Mandamentos – O Filme* (2016) – **R\$ 116,8 milhões**
5. *Ainda Estou Aqui* (2024) – **R\$ 85,41 milhões**



Ricardo Stuckert

Diplomacia brasileira garante redução de tarifas dos EUA após conversa entre Lula e Trump

Primeiro recuo dos EUA beneficia 238 produtos e reduz impacto das sobretaxas; governo busca retirada total após articulação direta do presidente Lula

Redação Focus Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou por 40 minutos com o presidente Donald Trump na terça-feira (2/12) e reforçou o interesse do Brasil em “avançar rápido” para a retirada completa das sobretaxas

impostas pelos Estados Unidos.

Segundo o Palácio do Planalto, o diálogo foi considerado “muito produtivo” e marcou um primeiro recuo do governo norte-americano, que anunciou a redução parcial das tarifas extras de 40% que afetavam produtos brasileiros.

A medida dos EUA, publicada em ordem executiva por Trump no dia 20/11 com efeito retroativo a 13/11, beneficiou 238 produtos

agrícolas — entre eles café, carne bovina, frutas tropicais e sucos. Apenas quatro itens obtiveram isenção completa, mas a decisão reduz de 36% para 22% a fatia das exportações brasileiras ainda sujeitas às sobretaxas.

As tarifas haviam sido instituídas em 30/7/2025, quando Trump alegou que ações do governo brasileiro configurariam “ameaça incomum e extraordinária” à segurança nacional dos Estados Unidos. A imposição se somava à taxa global de 10% decretada em abril, elevando o custo de importação para até 50% em vários setores.

Além da agenda comercial, os presidentes discutiram cooperação no enfrentamento ao crime organizado internacional. Lula destacou “a urgência” de aprofundar ações conjuntas e citou operações recentes no Brasil voltadas a enfraquecer financeiramente facções com atuação no exterior.

Impacto econômico e próximos passos da negociação

Segundo dados oficiais, a revisão tarifária representa um alívio parcial, especialmente para o agronegócio exportador. No entanto, 76 produtos ainda permanecem submetidos à sobretaxa adicional de 40%. Para o governo brasileiro, o objetivo agora é ampliar os avanços na direção da retirada total das barreiras.

Fontes do Executivo têm afirmado à imprensa que o país buscará acelerar as conversas técnicas e políticas com Washington, reforçando que a medida é positiva, mas insuficiente diante do impacto acumulado desde 2025.

Oficialmente, o governo avalia que a redução anunciada demonstra a eficácia da estratégia diplomática do Brasil, marcada por pressão firme, defesa dos interesses nacionais e diálogo direto no mais alto nível. ■



10/12/1989

Comício na Praça Charles Muller marcou a reta final da campanha de Lula em 1989

O comício realizado em 10 de dezembro de 1989 na Praça Charles Muller, em São Paulo, tornou-se um dos episódios mais emblemáticos da campanha de Lula à presidência. O evento ocorreu na reta final da disputa mais polarizada da redemocratização e mobilizou milhares de simpatizantes, militantes, artistas, lideranças populares e movimentos sociais.

Organizado na praça do Estádio do Pacaembu, o ato ganhou força por representar a consolidação de um campo político que, desde o fim da ditadura militar, reivindicava maior participação social e um projeto de país mais igualitário. No palco, Lula e demais lideranças sindicais defenderam bandeiras como valorização do

trabalho, combate à desigualdade e fortalecimento das políticas públicas.

A atmosfera do comício refletia o espírito das ruas em 1989: um país que reencontrava a possibilidade de escolha direta para presidente após quase três décadas. Para muitos, aquela era a primeira experiência de campanha presidencial vivida em liberdade democrática. A mobilização popular, vista nas faixas, bandeiras e discursos, simbolizava não apenas apoio ao candidato, mas também a expectativa de reconstrução das instituições e da própria noção de cidadania.

O ato também ilustrou o contraste entre os projetos em disputa no segundo turno de 1989. En-

quanto Fernando Collor de Mello se apresentava como gestor e defensor do combate à inflação, Lula mobilizava setores populares que buscavam uma saída social para a crise e maior enfrentamento das desigualdades estruturais do país.

Mesmo com a derrota eleitoral naquele ano, o comício da Praça Charles Muller marcou a trajetória política de Lula e ampliou sua projeção nacional. A força popular expressa naquele 10 de dezembro se tornaria uma das bases que sustentariam sua presença nas eleições seguintes e sua chegada à Presidência anos depois. Hoje, o evento permanece como símbolo da participação política que moldou a democracia brasileira no período pós-ditadura.



10/12/2007

Cristina Kirchner toma posse e inicia novo ciclo político na Argentina

Cristina Fernández de Kirchner assumiu a Presidência da Argentina como a primeira mulher eleita pelo voto popular a ocupar o cargo. A cerimônia no Congresso Nacional marcou a continuidade do projeto político iniciado no governo anterior, pautado na recuperação econômica, na soberania nacional e na ampliação de direitos sociais.

A posse reuniu autoridades nacionais e internacionais e levou milhares de pessoas às ruas de Buenos Aires. Em seu discurso, a nova presidenta destacou a importância da integração latino-americana, da inclusão social e do fortalecimento das instituições democráticas após um período de crise profunda no país.

O momento representou um marco simbólico para a participação feminina na política argentina e inaugurou um novo capítulo na trajetória recente do país.



11/12/2019

São Paulo implementa o TransCidadania para ampliar direitos e oportunidades à população trans

A cidade de São Paulo instituiu, em 2015, o TransCidadania — programa pioneiro voltado para a promoção da cidadania de mulheres transexuais, homens trans e travestis em situação de vulnerabilidade social. Criada durante a gestão do então prefeito Fernando Haddad, a política busca enfrentar desigualdades históricas ao garantir formação educacional, qualificação profissional, acompanhamento psicossocial e geração de renda para pessoas trans.

Reconhecido internacionalmente, o TransCidadania se tornou referência por oferecer condições concretas para que essa população retome os estudos, ingresse no mercado de trabalho e acesse serviços públicos com dignidade. A iniciativa surgiu diante de um contexto marcado pela ex-

clusão social e pelas altas taxas de desemprego e violência enfrentadas por pessoas trans no país.

Anos após sua criação, o programa segue mobilizando movimentos sociais e organizações que atuam na defesa dos direitos da população trans, reforçando sua importância para a ampliação de políticas públicas voltadas à inclusão. Hoje, o TransCidadania se consolida como uma das iniciativas mais significativas da cidade no combate à transfobia e no fortalecimento da cidadania.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br





FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores


PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Opinião Pública e Políticas Culturais



Centro de
Documentação e
Pesquisa Política
Sérgio Buarque
de Holanda